

The background of the entire page is an aerial photograph of a river delta, likely the Guanabara Bay area, rendered in a monochromatic green color. The intricate patterns of the water channels and the surrounding land are clearly visible.

**A questão  
ambiental e os  
alinhamentos  
epistemológico-  
políticos:  
uma reflexão a  
partir da disputa pela  
baía de Guanabara**

**Yana dos Santos Moysés**

UCL, NUREG / UFF

## **A questão ambiental e os alinhamentos epistemológico-políticos: uma reflexão a partir da disputa pela baía de Guanabara**

### **Resumo:**

O presente trabalho discute sobre os diferentes alinhamentos epistemológico-políticos que giram em torno da questão ambiental. Evidencia-se que esses diferentes alinhamentos representam diferentes formas de dominação e/ou a (re)apropriação da natureza, representam, em si, diferentes projetos políticos para o território. A reflexão sobre o alinhamento epistemológico-político e as categorias nos discursos e nas práticas hegemônicas(as) da sociedade contemporânea, e o (re)pensar por outros alinhamentos e outras categorias de resistência e R- Existência que evidenciem outros saberes, fazeres, outras relações não dicotômicas sociedade-natureza, se dá a partir da análise da disputa pela Baía de Guanabara, evidenciada em 2012, entre os pescadores artesanais e os agentes do Comperj. Nesta reflexão, verifica-se que os agentes do empreendimento, alinhados aos pressupostos do discurso epistemológico hegemônico da ciência e da filosofia modernas, pautada no lócus de enunciação universal, a partir do uso da categoria de desenvolvimento sustentável, constroem um discurso uno, global e consensual. Tecnicam a "questão ambiental" e apagam as diferenças constitutivas do território, a partir da dominação sobre outros povos e sobre a natureza. De outro lado, os pescadores artesanais se aproximam das lutas travadas por outros sujeitos que resistem e R-Existem na América Latina (indígenas e quilombolas) e constroem um discurso ambiental politizado, pautado na diferença, a partir de três categorias-chave: território, identidade e memória. Trazem, assim, uma resignificação e (re)apropriação social da questão ambiental.

**Palavras-chave:** Questão ambiental; discurso ambiental; alinhamento epistemológico-político; disputa territorial; Baía de Guanabara.

## **La cuestión ambiental y los alineamientos epistemológico-políticos: una reflexión a partir de la disputa por la Bahía de Guanabara**

### **Resumen:**

*En este trabajo se discuten los diferentes alineamientos epistemológico-políticos que giran en torno a la cuestión ambiental. Se observa que estos diferentes alineamientos representan diferentes formas de dominación y/o (re) apropiación de la naturaleza, representando, en sí mismos, diferentes proyectos políticos para el territorio. La reflexión sobre el alineamiento epistemológico-político y las categorías en los discursos y prácticas hegemónicas de la sociedad contemporánea, y el (re) pensar para otros alineamientos y otras categorías de resistencia y R-Existencia que evidencian otros saberes, hechos, otras relaciones no dicotómicas entre sociedad y naturaleza, se basa en el análisis de la disputa por la Bahía de Guanabara, evidenciada en 2012, entre pescadores artesanales y agentes de Comperj. En esta reflexión queda claro que los agentes de la empresa, alineados con los presupuestos del discurso epistemológico hegemónico de la ciencia y la filosofía modernas, partiendo del locus de la enunciación universal, a partir del uso de la categoría de desarrollo sostenible, construyen un discurso único, global y consensual. Tecnicam la "cuestión ambiental" y borran las diferencias que constituyen el territorio, partiendo del dominio sobre otros pueblos y sobre la naturaleza. Por otro lado, los pescadores artesanales se acercan a las luchas libradas por otros sujetos que resisten y R-Existen en América Latina (indígenas y quilombolas) y construyen un discurso ambiental politizado, basado en la diferencia, a partir de tres categorías clave: territorio, identidad y memoria. De esta manera, aportan una resignificación y (re) apropiación social de la problemática ambiental.*

**Palabras clave:** cuestión ambiental; discurso ambiental; alineamiento epistemológico-político; disputa territorial; Bahía de Guanabara.

## **The Environmental Issue and the Epistemological-Political Alignments: a reflection from the dispute for Guanabara Bay**

### **Abstract:**

*This paper discusses the different epistemological-political alignments that revolve around the environmental issue. It is evident that these different alignments represent different forms of domination and / or (re) appropriation of nature, represent, in themselves, different political projects for the territory. The reflection on the epistemological-political alignment and the categories in the hegemonic discourses and practices of contemporary society, and (re) thinking for other alignments and other categories of resistance and R- Existence that evidence other knowledge, doings, other non-dichotomous relations between society and nature, is based on the analysis of the dispute for Guanabara Bay, evidenced in 2012, between artisanal fishermen and Comperj agents. In this reflection, it can be seen that the agents of the enterprise, aligned with the assumptions of the hegemonic epistemological discourse of modern science and philosophy, based on the locus of universal enunciation, from the use of the sustainable development category, construct a unified, global and consensual discourse. They technify the "environmental issue" and erase the constitutive differences of the territory, from the domination over other peoples and over nature. On the other hand, artisanal fishermen approach the struggles waged by other resisting and R-exist subjects in Latin America (indigenous and quilombolas) and construct a politicized environmental discourse, based on difference, from three key categories: territory, identity and memory. Thus, they bring a resignification and social (re) appropriation of the environmental issue.*

**Keywords:** *Environmental issue; Environmental discourse; epistemological-political alignment; territorial dispute; Guanabara Bay.*

## Introdução

A análise do acionamento/construção de diferentes categorias conceituais com ênfase ambiental por diferentes sujeitos/grupos sociais na sociedade reconhecida “moderna” contemporânea como instrumento de poder nos possibilita compreendermos não somente os diferentes alinhamentos teórico-epistemológicos, como fundamentalmente práticos-políticos, que giram em torno da questão ambiental. Os diferentes alinhamentos epistemológico-políticos representam diferentes formas de apropriação e/ou produção da/natureza. Representam, com isso, diferentes projetos políticos. E o projeto político reconhecido como o “melhor” pela sociedade representa a dominação e/ou a (re)apropriação dessa natureza, que é constituída como território.

Este trabalho, a partir da análise dos diferentes discursos ambientais acionados/construídos pelos pescadores artesanais e os gestores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), explícitos em 2012, e que representam de fato a disputa pela Baía de Guanabara entre sujeitos neste contexto, busca refletir sobre o alinhamento epistemológico-político hegemônico, e suas categorias associadas, de dominação (do saber, ser e território) da sociedade contemporânea e (re)pensar um outro alinhamento e categorias de resistência e R-Existência. Busca-se assim evidenciar outro(s) saberes, fazeres, outras relações não dicotômicas sociedade-natureza.

No contexto analisado, os agentes do COMPERJ, a partir do uso da categoria de *desenvolvimento sustentável*, constroem um discurso ambiental como único, universal, global e consensual, fruto de um discurso epistemológico hegemônico da ciência e da filosofia moderna. Estes, alinhados por esses pressupostos, impõem assim uma única verdade, a partir de seus próprios interesses, destinada a excluir todos aqueles que buscaram (e buscam) questioná-la (FOUCAULT, 2011 [1971]).

Assim, observa-se claramente o laço entre o poder e o saber, como já nos lembrava Raffestin (1993 [1980], p. 54). Entretanto, partimos da ideia de que os discursos não refletem, e sim constroem verdades. Dessa forma, esses mesmos discursos também não apenas refletem, mas constroem mundos. E recordando a ideia de Raffestin (1993 [1980], p. 53), baseado em Foucault (1976): se há poder, há resistência. Assim, se por um lado o discurso ambiental é acionado nesse contexto como estratégia de dominação, por outro lado, este também é acionado como estratégia de R-Existência, dos sujeitos que resistem à imposição das verdades do empreendimento e constroem suas próprias verdades, os discursos dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara.

Os pescadores artesanais, por sua vez, em seu discurso ambiental se aproximam das lutas travadas por outros sujeitos subalternizados na América Latina (indígenas e quilombolas) e, desta forma, ao mesmo tempo em que apresentam seu projeto político para Baía de Guanabara, questionam o projeto político inserido na lógica do COMPERJ, baseado em pressupostos de sujeitos que dominaram e/ou colonizaram suas principais referências. A partir da análise do discurso ambiental desses sujeitos, nos aproximamos assim das interpretações de Leff e Porto-Gonçalves que, baseados também nas lutas protagonizadas pelos indígenas, quilombolas (...) em defesa de seus territórios, no final dos anos 1980, compreendem a chamada “crise ambiental” como crise civilizatória. No fundo, uma crise do próprio conhecimento, do modelo global dominante de racionalidade científica, de um discurso hegemônico de um modelo civilizatório (LANDER, 2005), que camufla os sujeitos e interesses que o produziram/produzem.

Desta forma, compreende-se que a luta desses sujeitos subalternizados nesse processo de instalação do COMPERJ é vinculada diretamente ao questionamento do próprio modelo de desenvolvimento (apresentado como sustentável) hegemônico do empreendimento. Essa premissa é evidenciada no próprio discurso ambiental dos pescadores artesanais

## A questão ambiental e os alinhamentos epistemológico-políticos

da Baía de Guanabara. Com isso, a análise da disputa territorial nos leva, inclusive, a uma reflexão sobre o processo de “colonialidade” do pensamento moderno e dos fundamentos da produção do conhecimento (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010, p. 26).

Nesta vertente, destaca-se a influência de diversos pesquisadores alinhados ao pensamento descolonial, os quais buscam um novo paradigma de investigação e análise, uma crítica ao eurocentrismo a partir do seu exterior, dos debilitados intelectualmente no paradigma dominante. Dentro do pensamento eurocêntrico, não existe nada de fora, considera-se até pensamentos subalternizados dentro dessa lógica, como o Marxismo, mas apenas os que pensam sobre os mesmos princípios, sobre as mesmas lógicas, sobre o mesmo paradigma (MIGNOLO, 2006, p. 701).

Entretanto, como nos lembra Porto-Gonçalves (2006), não se trata de negar o pensamento europeu, mas sim de reconhecer que é europeu, de um lugar de enunciação específico, dialogando com ele enquanto tal. Nem tão pouco compreendê-lo como homogêneo, sem contradições, o liberalismo e o marxismo, ambos europeus, evidentemente não são a mesma coisa. Da mesma forma como ressalta Aníbal Quijano (2000), entender o eurocentrismo numa perspectiva cognitiva que ultrapassa apenas os europeus, os dos dominantes do capitalismo mundial, mas de um conjunto de educados sobre essa hegemonia, inclusive de subalternizados, dentro dessa lógica. Desta forma, este ensaio também buscará um diálogo com pesquisadores europeus e não necessariamente apenas com autores que se reconhecem dentro do pensamento descolonial, buscando, assim, diferentes perspectivas emancipatórias de ressignificação e reapropriação da “questão ambiental”, da reapropriação social da natureza (LEFF 2001,2006; PORTO-GONÇALVES, 2012).

### **O alinhamento epistemológico-político (hegemônico) do COMPERJ: Dominação**

Boaventura de Souza Santos (2010), em seu livro *Um discurso sobre as ciências*, publicado originalmente em 1987, defende uma posição epistemológica antipositivista, colocando assim em causa a teoria representacional da verdade, implícita no modelo global dominante de racionalidade científica. O autor compreende que todo conhecimento, reconhecido como científico, é socialmente construído. Em outras palavras, foi “construído” por homens - e digo homens porque a nossa ciência, reconhecidamente moderna, é de fato protagonizada por homens (Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, Descartes, Bacon...) - de uma determinada parte do mundo, de uma determinada cor, de uma cultura linguística, com culturas, necessidades e, assim, com interesses específicos.

De acordo com Souza Santos (2010), o modelo de racionalidade da ciência moderna tem sua origem na revolução científica do século XVI. Walter Mignolo (2006), dialogando com Souza Santos, define esse momento como a origem de um totalitarismo epistêmico, defendendo que o próprio conceito ocidental de modernidade é totalitário. Lembramos que, nesse mesmo momento, a língua árabe é eliminada enquanto língua do conhecimento (p. 671).

Segundo Mignolo (2006), nos séculos XVI e XVII, o totalitarismo epistêmico não era *científico*, mas *teológico* (p. 671). Entretanto, tal como Souza Santos (2010), o autor não acredita que tenha ocorrido de fato uma ruptura e, sim, uma continuidade paradigmática, já que todos atuam dentro do mesmo paradigma (p. 672). A “revolução científica” foi assim uma “revolução caseira”: “concebida como um triunfo da modernidade na perspectiva da modernidade, uma autocelebração que correu em paralelo com a crença emergente na supremacia da ‘raça branca’” (MIGNOLO, 2006, p. 670).

A ciência reconhecidamente moderna é, portanto, europeia, masculina, branca, heterossexual e dotada de inúmeros preconceitos. Contraditoriamente, outras características naturalizadas dessa mesma ciência são a neutralidade e a imparcialidade. E da mesma forma, todo trabalho científico necessita ser neutro para ser objetivo. A história dessa ciência também nos indica que esse saber científico deve ser fragmentado, quantitativo, para ser exato (em diferentes sentidos), e assim, técnico. Relaciona-se um saber técnico, com um conhecimento científico e, conseqüentemente, neutro.

O questionamento dentro da Academia dessas pretensões de neutralidade, imparcialidade e objetividade não são recentes. Entretanto, o discurso de uma ciência inquestionável, sem a percepção de sujeitos e interesses, de poder na sua definição é ainda dominante. Essa própria Academia não cansa de propagar o discurso da neutralidade e imparcialidade para sua objetividade e de exigir que as pesquisas tenham essas características para possuírem o *status* de científico.

Lander (2005) identifica duas dimensões de origens históricas distintas, mas imbricadas, para explicar essa eficácia neutralizadora. Segundo o autor, a primeira estaria relacionada com o processo histórico das sucessivas separações e/ou partições da realidade pela ideologia ocidental e, conseqüentemente, com o conhecimento construído dentro desse processo. A segunda se refere à forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, em especial, as relações coloniais/imperiais de poder do mundo moderno.

Pablo González Casanova (2006) identifica historicamente a primeira grande divisão no campo científico Ocidental já em Aristóteles, mais especificamente na sua obra *Organon*. Aristóteles alcançou, com essa obra, variados conhecimentos do saber organizado, o que, segundo Casanova, não impediu que ele fosse rigoroso nas diferentes disciplinas em que trabalhou. Porém, como observa o mesmo autor, evidentemente o filósofo teve maior êxito naquelas que perpetuaram com a ciência moderna, lembrando que, na Física, nada restou de Aristóteles.

Dessa maneira, o autor supracitado compreende que, das contribuições ainda válidas de Aristóteles, destaca-se a percepção de que, quando o mesmo se propunha a estudar algo, tornava-se um especialista sobre o determinado tema de estudo. Como exemplos, destaca os estudos do filósofo sobre a história dos animais, no qual Aristóteles catalogou 540 animais, e o seu livro acerca da Política, que estudou 158 constituições.

Casanova (2006) ressalta, assim, a importância de Aristóteles pela busca de um olhar de conjunto combinado com pensamentos especializados. Entretanto, por outro lado, o autor nos lembra de que a filosofia do mesmo se impôs de forma autoritária, fazendo da disciplina uma forma de dominação do conhecimento a partir do dogma “de que os sábios estão acima dos leigos e de que a sabedoria está acima dos sábios” (p. 14). Esses conceitos de “sábio”, “sabedoria”, “raciocínio indiscutível”, se apresentam, até os dias de hoje, como forma de “ciência única”, com modelos de saber acumulado, exaustivo, exato, privilegiando, nesse pensamento, argumentos indiscutíveis (um saber-dizer pleno).

Como nos lembra Rousseau (2010 [1755]): “há mil prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações” (p. 38-39). É interessante, nesse momento, recordarmos a reflexão de Porto-Gonçalves (2006), quando afirma que essa tradição que privilegia o discurso de um saber-dizer pleno desassociado das práticas cotidianas, busca sempre construir, inventar e dominar os mundos. Defende, assim, o discurso do saber dos que fazem:

No fazer há sempre um saber – quem não sabe não faz nada. (...) Mas há sempre um fazer que pode não saber dizer, mas o não saber dizer não quer dizer que não sabe. Há sempre um saber inscrito no fazer. O saber material é um

saber do tato, do contato, dos sabores e dos saberes, um *saber com* (o saber da dominação é um *saber sobre*). Há um saber ins-crito e não necessariamente es-crito (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 48).

O autor acima enfatiza então outros saberes, frutos das próprias práticas cotidianas, os quais são esquecidos (propositalmente) e/ou considerados inferiores dentro do discurso epistemológico hegemônico da ciência e da filosofia modernas. Desta forma, esses saberes não cabem dentro do campo da disciplina identificada por Aristóteles, a qual divide o saber-fazer humano e, com isso, considera apenas o saber-dizer dos que raciocinam com “argumentos indiscutíveis”, sistematizados, codificados, normatizados em sistemas narrativos considerados civilizados e superiores.

O privilégio, assim, por uma narrativa de um mundo parcelar, fragmentado, que separa o ser/saber/fazer/dizer, conduzindo à disciplinarização e à instrumentalização da ciência como especialização de verdades, corresponde ao uso que é feito desta ciência pelo Estado e pelas forças dominantes e é, até os dias do hoje, “o maior obstáculo para o desenvolvimento do raciocínio teórico-experimental, intersubjetivo, crítico, histórico e criador de alternativas formais, virtuais e reais em face de um mundo opressivo e injusto, desigual” (CASANOVA, 2006, p. 15).

A especialização das disciplinas seguiu na “revolução científica” com a disciplina da matemática tendo um lugar central na ciência moderna. Souza Santos (2010) reflete sobre as consequências dessa centralidade da matemática. Primeiramente, conhecer significa exclusivamente quantificar, o que não é quantificado, é irrelevante, “cientificamente falando”. Esse fato, nos leva diretamente à segunda consequência levantada pelo autor: a redução da complexidade. Conhecer é, dessa maneira, dividir e classificar e depois determinar relações sistemáticas entre as partes separadas (p. 27-28). Souza (1986) compreende a estratégia de dividir também com a finalidade de reinar (dominar mundos), fragmentando a realidade e o conhecimento a ser ressocializado.

A partir da Revolução Industrial, houve cada vez mais vinculação entre a ciência e as engenharias, com a produção e a divisão dos trabalhos manuais e intelectuais, fragmentando e especializando ainda mais o saber (CASANOVA, 2006, p. 16). O saber técnico ganha, assim, um papel de destaque dentro da “ciência”. Como Celso Furtado afirma, a civilização industrial pode ser lida como “uma crônica do avanço da técnica”, ou seja, todas as formas criativas subordinadas à racionalidade instrumental (1978, p. 78).

Por outro lado, a dimensão colonial, como destacou Lander (2005), também se torna um elemento fundamental para a compreensão de um modelo totalitário, que nega um caráter racional a outras formas de conhecimento, com princípios epistemológicos e metodológicos diferentes (SOUZA SANTOS, 2010, p.23), o totalitarismo epistêmico apontado por Mignolo (2006).

A separação das distintas origens da naturalização de uma racionalidade global dominante, já evidenciada pelo próprio Lander (2005), pode, muitas vezes, não ser explícita. Como o próprio autor ressalta, o que justamente aumenta o seu poder de eficácia é que elas se encontram imbricadas (naturalmente ou propositalmente), dificultando assim a percepção “da opressão epistêmica, que, em nome da *modernidade*, foi exercida enquanto forma particular da *colonialidade* (MIGNOLO, 2006, p. 668).

Quijano (2000, p. 343) evidencia estas imbricações. Segundo o autor, desde o século XVII, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, quantificação, a externalização para o controle das relações das pessoas com a natureza, em especial dos recursos de produção. Dentro dessa mesma lógica, foram também formalmente naturalizadas as experiências, identidades

e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial. Esse modo de conhecimento foi denominado racional, e imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida a partir da ideia de modernidade.

Massey (2008) afirma que se desenvolveu, no projeto de modernidade, e se perpetua até os dias de hoje, a tentativa de se universalizar o modo como pensamos o espaço e a relação espaço-sociedade, condicionando, assim, uma padronização na organização espacial. A “única” história do mundo da política modernista está presente desde versões liberais progressistas até algumas marxistas. O próprio pensamento de espaço-divido também advém desse projeto. Dividiu-se o espaço em lugares delimitados e organizados a partir de uma sequência temporal, ou seja, estabeleceu-se um único desenvolvimento temporal, no qual lugares diferentes na realidade derivavam dos “estágios” em que esses se encontravam. Nesse ponto de vista, diferentes nações e culturas, não seriam diferentes, e sim uma mais “atrasada” em relação à outra (MASSEY, 2008).

Voltando à obra de Quijano (2000), foi no século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, que se afirmou a mitológica ideia de que Europa e os europeus eram o nível “mais avançado” no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie humana. Da mesma forma, consolidou-se então, como consequência, uma concepção de humanidade na qual a população do mundo se diferenciava “naturalmente” em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

O projeto civilizatório do Ocidente, de acordo com Rua (2007), formado pelo tripé modernização-progresso-desenvolvimento, com sua nova roupagem de *desenvolvimento sustentável* (categoria privilegiada no discurso ambiental do COMPERJ), ao se tornar hegemônico, foi imposto a todos os cantos do globo. “O desenvolvimento passou assim a fazer parte do próprio imaginário social e os seus discursos pareciam ‘colonizar’ a realidade” (p. 145).

Muitos pós-colonialistas trazem a cultura para o centro nos estudos de desenvolvimento. Enfatizam-se outras dimensões além da econômica. Como Rua (2007) ressalta, não podemos cair no culturalismo e deixarmos o econômico de lado. A cultura não é uma dimensão autônoma, a-histórica. Contudo, “(...) colocando-a no plano da econômica, política, simbólica ou ecológica, pretendemos lembrar a importância dessa dimensão para análise do desenvolvimento como um processo imposto a partir de um autodenominado centro mundial (Ocidente/capitalismo)” (RUA, 2007, p. 183).

Rua (2007), baseado em Escobar (1995), acredita que o colonialismo e o desenvolvimento introduziram uma violência moderna engendrada por meio de representações, tornando ela mesma uma fonte de identidade (fixa, essencialista, universal). E mesmo com as diversas críticas, a partir dos anos 1980, a essas representações que se tornam dominantes e “colonizam a realidade”, o discurso do mercado e do neoliberalismo reafirmam a visão do desenvolvimento como modernização (p.145-146), sinônimo aqui de colonização.

Segundo Rua (2007), a modernização seria a base concreta da modernidade, tendo como conceito-gêmeo o *progresso*. Celso Furtado (2000) identifica as raízes da ideia de progresso em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII:

A primeira delas filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda brota da ideia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados ‘retardados’, o acesso a uma forma superior de civilização (p.9).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ambos - *modernização* e *progresso* - foi acrescentado o conceito-síntese *desenvolvimento*. Nas palavras de Rua: "(...) além do caráter positivo e evolucionista, sintetiza, também, um projeto civilizatório ocidental que o coloca como instrumento operativo de um paradigma a ser seguido por todos (RUA, 2007, p. 149)".

A partir de uma análise crítica da ocidentalização imposta ao mundo em suas territorialidades dominantes, percebe-se que as histórias de alguns são impostas a todos. Ocorre não apenas a repressão do espacial como da possibilidade de outras temporalidades, de outras trajetórias que sejam diferentes do modelo ocidental europeu. Dessa maneira, ao compreender, como sugere Mignolo (2006) que não é apenas a "ciência" que está em jogo enquanto saber e prática instituídos, mas toda a ideia de ciência no mundo moderno/colonial, verificamos a falta de consciência de que a celebração da revolução científica regional (europeia), entretanto, que se quer universal, nega ao resto da humanidade a capacidade de pensar. O resto do mundo não tem pensamento, não tem filosofia, não tem ciência. O poder da modernidade ocultava (oculta), ao mesmo tempo, a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Esse privilégio oculto, camuflado pela "revolução científica", faz com que alguns detenham o poder e conhecimento que permitem classificar e dominar o resto da humanidade (MIGNOLO, 2006, p. 676-677). Como ressalta Porto-Gonçalves (2005) a "melhor" (ou a pior) dominação é a que é naturalizada, e dessa maneira, imperceptível (p. 3).

Voltemos assim para as questões de neutralidade e objetividade dessa "ciência", que nos parece ter ganhado um status de sujeito-Deus, inquestionável, único e verdadeiro em sua essência. Como nos lembra Mignolo, historicamente, a ideia de objetividade implica uma perspectiva neutra, passa-se assim do "olho de Deus" para o "olho da Razão" (2006, p.697).

Entretanto, baseado em Souza Santos (2010), este trabalho parte justamente do oposto. Deve-se abandonar o discurso da neutralidade para estar mais próximo da objetividade. E assim como o autor, retornamos a Jean-Jacques Rousseau (2010[1755]), que questiona veementemente a neutralidade da ciência na sua obra *Discurso sobre as ciências e as artes*, ao salientar as origens da "ciência", mais especificamente dela ter nascido de nossos vícios e não de nossas virtudes: "A astronomia nasceu da superstição; a eloquência, da ambição, do ódio, da adulação, da mentira; a geometria, da avareza; a física, de uma vã curiosidade; todas, e até mesmo a moral, do orgulho humano" (p. 31). Desta forma, ele se indaga sobre as vantagens dessa ciência, questionando se seriam incompatíveis a ciência e a virtude. O mesmo destaca, ainda, que o defeito de suas origens é bem claro em seus "objetos":

Que faríamos das artes sem o luxo que as sustenta? Sem as injustiças dos homens, de que servia a jurisprudência? Que seria da história se não houvesse nem tiranos, nem guerras, nem conspirações? De que valeria passar a vida em estéreis contemplanções se, consultando cada qual só os deveres dos humanos e as necessidades da natureza, só tivéssemos tempo para a Pátria, para os infelizes para os amigos? (p. 31-32).

Rousseau (2010 [1755]) compreende, assim, a necessidade mútua entre o luxo e as ciências e as artes. Relaciona o luxo com a riqueza e questiona: "e que será da virtude, quando tivermos que enriquecer a qualquer preço?" (p. 33) Evidencia, desse modo, a valoração dos diferentes homens do mundo.

Souza Santos (2007) nos lembra de que aprendemos com nossa epistemologia positivista que ciência e cultura estão separadas. Contudo, como sinalizado no início desta discussão, os pressupostos culturais da ciência são evidentes. Seguindo esse raciocínio, o autor

então diferencia objetividade e neutralidade, sinalizando como podemos e devemos ser objetivos, mas não neutros. Possuímos metodologias próprias das ciências sociais para termos um conhecimento rigoroso e sem dogmatismos, ou seja, objetivo. Por outro lado, as injustiças sociais, que são também injustiças ambientais (o que inclui epistêmicas) são evidentes, e não podemos ser neutros quanto a essa questão (p. 23).

Concordamos novamente com Souza Santos (2010, p.18), quando afirma que nossas perguntas continuam sendo as perguntas de Rousseau e, da mesma forma, qual a contribuição dessa ciência para a felicidade.

(...) há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (SOUZA SANTOS, 2010, p.16)

Evidencia-se, assim, as perguntas em outros termos: para que e para quem a ciência serve? Souza Santos (2010) nos recorda de que, nas décadas de trinta e quarenta do século passado, fenômeno global da industrialização da ciência, esta passou a ter um compromisso, ou de fato servir os centros de poder econômico, social e político, os quais começaram a ditar as prioridades científicas. Dando continuidade ao seu pensamento, o autor aponta as bombas de Hiroshima e Nagasaki, relacionando assim a ciência e a tecnologia com os interesses militares e econômicos (p.57). Esse é um exemplo triste de nossa história, mas emblemático, de que a ciência não está a serviço da felicidade da humanidade.

Moreira (1982), aproximando-se das questões de Rousseau, questiona os significados do saber instituído para o social no campo da Geografia, mais especificamente da utilidade prática da análise do espaço. O autor dialoga, assim, com Yves Lacoste (2011 [1929]) que a *Geografia-Isso Serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*, para a organização do Estado e do poder. Com isso, o mesmo evidencia, como Souza Santos e Rousseau, a impossibilidade da neutralidade, em todos os seus sentidos. Dessa maneira, sinaliza aos geógrafos que necessitamos de uma teoria do espaço que seja, de fato, uma teoria social. Moreira (1982) considera que este seja um projeto prioritário no campo da teoria da transformação social, dialogando assim com Souza (1986).

Ramirez (2009) procura fazer uma análise descolonial dos direitos humanos a partir de Marx. Essa reflexão é um grande exemplo do que observamos anteriormente a partir de Porto-Gonçalves (2006) dentro do pensamento descolonial, de se reconhecer do que se tem de emancipatório dentro do pensamento europeu, reconhecendo, contudo, o seu lugar de enunciação. Assim, torna-se proveitoso um diálogo do pensamento descolonial, dos discursos subalternos com o marxismo, na medida em que o pensamento deste último nasce com um discurso crítico dentro da Europa e, portanto, dentro da subalternidade, mas sem, contudo, se esquecer de que, ainda assim, é europeu.

Ramirez (2009), em sua análise a partir de diferentes textos de Marx, dialoga com o pensamento descolonial a partir do questionamento de Marx sobre o saber e da produção dos conceitos dominantes. O autor, baseado em Marx, questiona o eufemismo hegeliano de que o pensamento, por si só, é uma ação transformadora e argumenta que a aplicação dos conceitos sem uma aplicabilidade social é insuficiente (p. 256). Da mesma forma, o autor faz uma diferenciação entre os pensamentos de Rorthy e Marx. Observa que ambos coincidem quanto à crítica às lin-

guagens instrumentalizadas universais, que impõem critérios particulares, a episteme dos grupos dominadores, para ocultar as contradições sociais. Contudo, Marx questionaria a proposta de Rorthy, acreditando que, com ela, as vítimas (os subalternizados dentro da Europa) ficariam sem referenciais epistemológicos. E traz alguns conceitos, tais como: miséria, riqueza, humanidade, responsabilidade, pobreza, capitalista, proletariado, classe social, marginalizado (p. 257).

Na análise do autor supracitado, Marx argumentaria que os sujeitos vítimas de injustiças sociais, ao não terem categorias epistemológicas com as quais eles se identifiquem e que se pretendam universais, perdem relevância, são assim silenciados.

Moreira (1982), a partir também de um pensamento marxista, compreende mais especificamente que a geografia serve para desvendar máscaras sociais, mais explicitamente para desvendar as relações de classe que produzem o arranjo do espaço.

Dessa maneira, ao nos aproximarmos do pensamento de Marx e Moreira, observamos a proximidade com o questionamento de Rousseau sobre o saber instituído e suas máscaras (MOREIRA, 1982) ou “aparências de todas as virtudes, sem nenhuma delas” (ROUSSEAU, 2010 [1755], p. 22). Da mesma forma, observamos a reflexão sobre a necessária busca de outras categorias que contemplem os grupos subalternizados e que se pretendam universais. Essa é uma das principais defesas que verificamos de um pensamento descolonial. Entretanto, a partir de uma análise marxista, observamos nessa busca uma ênfase nas categorias de classes.

E é para isso que Manuela Boatcă (2009) chama a atenção, enfaticamente. A autora identifica a pluralidade das desigualdades sociais a partir de um pensamento descolonial, evidenciando, assim, que a categoria de classes, e as que giram em torno desta, não dão conta da complexidade das desigualdades sociais. Dessa forma, ela destaca a emergência de categorias analíticas de enfoque nas questões tais como de raça, etnia e gênero.

Seguindo esse pensamento, Souza Santos (2007) acredita que não podemos, então, buscar a solução dos diferentes problemas apontados aqui nessa mesma ciência social. Precisamos, de fato, reinventá-la. Para tanto, precisamos de novas categorias epistemológicas e/ou novos significados. Segundo o autor, nossas categorias são muito reducionistas dentro da riqueza epistemológica inesgotável do mundo: muita realidade e experiência são deixadas de fora, são inviabilizadas e desperdiçadas (p. 25-26). O autor ressalta que precisamos de um novo modo de produção do conhecimento e não apenas um conhecimento novo. Da mesma forma que não precisamos apenas de alternativas, mas de um pensamento alternativo às alternativas. E com isso, precisamos fazer uma reflexão epistemológica, já que a compreensão ocidental dominante de mundo não contempla as diferentes realidades (p.20).

Seguindo esse pensamento, Walsh (2007) argumenta que as ciências sociais devem ser repensadas a partir então de uma pluri-versalidade epistemológica que dialogue com as diferentes e plurais formas de produção do conhecimento frutos de âmbitos extra-acadêmicos e extra-científicos. A autora defende, dessa maneira, que a produção do conhecimento deva ir além dos pressupostos epistemológicos que reconhecem apenas a Academia como o local de produção do conhecimento e dentro dos paradigmas estabelecidos pelo cientificismo ocidental. O problema não é assim apenas reestruturar as ciências sociais, mas por em questão as próprias bases da produção desse conhecimento.

Souza Santos (2007), a partir de um procedimento transgressivo que ele denomina de Sociologia das Ausências, procura compreender como se produz as ausências de outros conhecimentos. O autor identifica assim cinco modos de produção dessas ausências e as relacionam ao conceito de *monocultura*. Primeiramente, ele identifica a *monocultura do saber e*

do rigor como um desses modos, relacionado com a ideia de um saber único, o saber científico ocidental. Tal como qualquer monocultura, destrói todas as outras formas de conhecimento, o que o mesmo define de *epistemicídio*, ou seja, a morte de conhecimentos alternativos (p.29). Outro modo de produção dessas ausências seria a *monocultura do tempo linear*, a história tem um sentido, e os países ditos desenvolvidos estão na dianteira. Essa ideia inclui os conceitos de *progresso*, *modernização*, *desenvolvimento* e, agora *globalização* e *desenvolvimento sustentável* (p.30). O terceiro modo de produção seria a *monocultura da naturalização das diferenças* que ocultam hierarquias. As hierarquias são, assim, consequência de sua inferioridade natural, ao contrário da relação capital-trabalho que a hierarquia é a causa. As diferenças nesse pensamento são naturalizadas e pensadas sempre como desiguais (p.30). O quarto é a *monocultura da escala dominante*, que possui historicamente dois nomes: universalismo e globalização. Criam-se ausências a partir do particular e local. “O global e universal é hegemônico; o particular e local não conta, é invisível, descartável, desprezível” (p.31). E o último é a *monocultura do produtivismo capitalista*, ou seja, a produtividade do trabalho humano ou da natureza é determinada a partir da ideia de produtividade (crescimento) econômica (p.31). Dessa forma, identificam-se cinco formas de ausência: o ignorante, o residual, o inferior, o local ou particular e o improdutivo.

A partir dessas cinco monoculturas e/ou ausências, compreende-se que a mobilização da categoria hegemônica de *desenvolvimento sustentável* no discurso ambiental do COMPERJ não é meramente uma posição ideológica. Os agentes do empreendimento, alinhados aos pressupostos do discurso epistemológico hegemônico da ciência e da filosofia modernas, ao partirem de um “lócus de enunciação universal”, tecnicizam a “questão ambiental” e apagam as diferenças constitutivas do território, transformando-as em desigualdades naturalizadas. Com isso, as próprias verdades e intencionalidades que giram em torno do empreendimento são impostas e as práticas e ações necessárias para sua instalação, legitimadas. Ou seja, a opção por esse discurso é, principalmente, uma estratégia de poder, neste caso, mais precisamente: estratégias de dominação sobre outros povos e sobre a natureza (Foucault).

Contudo, Souza Santos (2007), dando seguimento ao seu pensamento, interpreta essas ausências como desperdício de experiências, ou seja, de saberes, de conhecimento. A Sociologia das Ausências procede pela substituição dessas monoculturas por ecologias: *ecologia dos saberes*, ou seja, que o saber científico possa dialogar com outros saberes, a importância do conhecimento na intervenção da realidade; *a ecologia das temporalidades*, a existência de outros tempos simultâneos ao tempo linear ocidental; *a ecologia do reconhecimento*, depois de eliminadas as hierarquias, as diferenças que restarem são as que valem; *a ecologia da “transescala”*, a necessidade de se trabalhar entre as escalas, articulando escalas locais, globais e nacionais; e *a ecologia das produtividades*, a recuperação e valorização de sistemas alternativos de produção por diferentes povos e grupos sociais (p.32-36).

Portanto, como nos lembra Porto-Gonçalves (2005), a colonialidade do saber revela tanto as desigualdades e injustiças sociais das relações coloniais e imperiais do poder, como o legado epistemológico eurocêntrico insuficiente para a compreensão de nossas realidades e epistemes. Ao contrário do que a ciência moderna nos quer fazer acreditar, também há pensamento, filosofia no resto da humanidade (não ocidental). Os diferentes mundos de vida, povos e culturas são múltiplos e, conseqüentemente, há uma diversidade epistêmica acerca de todo o patrimônio da humanidade. O movimento dos pescadores artesanais da Baía da Guanabara contra o COMPERJ, no acionamento/construção de outro discurso ambiental, busca evidenciar seus mundos, seus conhecimentos e saberes. Analisaremos agora, a partir das categorias mobilizadas pelos mesmos em seu discurso, como esses sujeitos buscam substituir as monoculturas por ecologias e, com isso, fortalecer sua luta na disputa pela Baía de Guanabara.

## O alinhamento epistemológico-político dos pescadores artesanais: r-existência

Como observado anteriormente, a diversidade do mundo é inesgotável e, conseqüentemente, não há uma só epistemologia, uma teoria geral. Desta forma, não existe uma solução homogeneizadora para a diversidade e complexidade do “real”. O projeto de civilização ocidental, assim como suas epistemes, não pode ser simplesmente substituído por outras generalizações e verdades já dadas. Devemos pensá-la em sua pluralidade, em emancipações construídas a partir de diferentes grupos subalternizados (SOUSA SANTOS, 2004; RUA, 2007).

Nesta busca, no entanto, diversos movimentos sociais compreenderam que “é necessário criar inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 39). Em outras palavras, diferentes movimentos sociais, de diferentes grupos de discursos periferizados procuram o que há de comum entre eles, como forma de fortalecerem seus discursos e, conseqüentemente, suas lutas. E é o que observamos na realidade estudada: a articulação dos pescadores artesanais com diferentes grupos sociais nesse contexto histórico-geográfico, a partir da incorporação de uma agenda ambiental em seus discursos. Com isso, diferentes coletivos sociais se unem na luta dos pescadores artesanais, fortalecendo suas estratégias de ação na defesa do direito à diferença, da identidade, da memória e da territorialidade do pescador artesanal, para com isso defenderem o território desses sujeitos: a *Baía da Guanabara*.

A mobilização dos pescadores artesanais das categorias de *território-identidade-memória* em seus discursos ambientais também não é neutra. Por meio desses movimentos/discursos, esses sujeitos politizam a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 47). Os pescadores em manifestações e audiências referentes ao COMPERJ, qualificam a Baía de Guanabara como “suas casas”, como o “território da pesca” e como a “Mãe dos pescadores”: é o lugar do abrigo, do trabalho e, sobretudo, da vida. É a *terra e água com sentidos*, é a luta por seus territórios e pelas suas territorialidades.

Esse deslocamento da luta pela terra e pela água para a luta pelo território faz com que o conceito de *território* ultrapasse a compreensão Estado-nação, evidenciando as múltiplas territorialidades de um território do Estado (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 34). A centralidade do conceito de *território* no contexto latino-americano, como “uma espécie de catalisador das energias emancipatórias”, não apenas na Academia, mas sobretudo nas lutas de diferentes grupos e sujeitos que reivindicam seus direitos à diferença, as suas identidades, suas memórias, seus direitos aos territórios e às territorialidades, como os indígenas e quilombolas, evidenciam o *lôcus* de enunciação desses sujeitos. Conseqüentemente, o nosso próprio *lôcus* de enunciação (CRUZ, 2011, p. 87). Esses sujeitos incorporam ao debate ambiental as relações de poder, evidenciando o caráter epistêmico-político do debate. E politizam, com isso, a categoria de *território* (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O conceito de *território* já nos sinaliza que o centro, o “coração” da preocupação está nas relações de poder: nas disputas pela apropriação e/ou controle da Baía de Guanabara, nos processos de dominação e R-Existência. O território seria “igual à natureza mais cultura através das relações de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 34) e a plataforma de afirmação de direitos e de autonomia dos diferentes sujeitos (CRUZ, 2011).

Dessa forma, o *território* não é apenas instrumento para interpretação e significação de uma realidade “em devir”, como o próprio é componente dessa realidade. Esse é aqui, principalmente, instrumento de uso, já que intervém nessa realidade “em processo”, participando

e modificando, ou seja, transformando o “real”, que ele mesmo “re-conhece” (HAESBAERT, 2008). Destaca-se aqui o uso do território pelos diferentes grupos e sujeitos (SANTOS, 2005), o território como um importante dispositivo de intervenção social e política. Contudo, esse pode servir tanto para os sujeitos e grupos subalternos, quanto para os grupos e interesses hegemônicos (CRUZ, 2011, p. 87). Daí o acionamento dessa categoria no discurso ambiental dos pescadores artesanais, com significados próprios.

Haesbaert (2007, p. 23), baseado em Milton Santos (2000) e Jean Gottman, diferencia o território para os “atores hegemônicos” e para os “atores hegemonzados”, que podemos com clareza relacionar ao COMPERJ e aos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, respectivamente. Nessa distinção, o COMPERJ trata o território como recurso, como acumulação e lucro em seu sistema de produção, ou seja, “um meio para obter um fim”. Os “atores” ligados ao empreendimento não possuem qualquer vínculo com o território. Já o segundo grupo – o dos pescadores artesanais – compreende o território como abrigo, proteção, como vida. Ou seja, nas palavras do autor, “um fim em si mesmo”.

Portanto, se as relações de poder constituídas no território vão da natureza estatal-administrativa e político-econômica até a natureza mais simbólica, estas incluem a própria *identidade* (HAESBAERT, 2007a), a segunda categoria destacada nas falas dos protagonistas na defesa pela Baía de Guanabara, também acionada como um instrumento de poder. Da mesma maneira que politizam o território, esses sujeitos politizam a identidade. O direito de ser, o direito ao território, é o direito de existir e R-existir (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Consequentemente, a identidade não é compreendida aqui como fixa e essencialista e é acionada e construída, principalmente como estratégia de luta e/ou resistência (HAESBAERT, 2007a), como possibilidade de transformação social (SAQUET, 2008). A identidade acionada e construída pelos pescadores artesanais em seu discurso ambiental funciona assim como uma estratégia de R-Existência. Uma estratégia que busca dar reconhecimento ao coletivo e fortalecer a luta desses sujeitos pela (re)apropriação de seu território: a Baía de Guanabara. A territorialidade do pescador artesanal da Baía de Guanabara, que ultrapassa as fronteiras físicas de vizinhança, é assim um instrumento político “na construção ou na defesa e/ou manutenção material de espaços de identidade” (HAESBAERT, 2007, p.44).

Dessa forma, a afirmação de suas identidades representa também a luta pela autonomia do coletivo pescador artesanal na gestão de seu próprio território, a partir de sua própria racionalidade, inerente aos seus valores culturais e seus interesses. Seria a gestão “de baixo para cima”, e não como ocorre, “de cima para baixo” (heteronomia), com o domínio do mercado e do Estado (COMPERJ) sobre os povos do mar e sobre a natureza, a partir da imposição de sua própria racionalidade, de suas próprias leis e normas (SOUZA, 2001). Os pescadores artesanais lutam por uma territorialidade autônoma, que segundo Souza (2001, p.163-164), significa a gestão radicalmente democrática do território e a capacidade da defesa do mesmo, incluindo seus próprios simbolismos, em face das ameaças e imposições externas.

Para tanto, os significados de sua identidade vão muito além de uma questão de classe social, “tendo em vista romper com a indiferença e o ‘desconhecimento’ que a massificação (em especial, mas não unicamente, da pobreza) promove” (HAESBAERT, 2007a, p. 4). Ao acioná-la, esses sujeitos reivindicam o *direito à diferença*, negando assim um *lôcus* universal. Antes de serem pobres, são pescadores artesanais. Com isso, defendem que a manutenção de sua identidade representa não apenas um direito adquirido, mas a permanência de seus saberes e práticas, fundamentais para o debate ambiental em função de uma “crise ambiental”, uma “crise de um conhecimento universal”, um “conhecimento dominador e/ou colonizador”.

Assim sendo, a busca pela autonomia desses sujeitos também é a busca pela autonomia intelectual (CRUZ, 2011), no resgate de suas histórias, na afirmação e incorporação de seus saberes no conhecimento reconhecido como científico. A luta passa a ser também uma luta por novas ideias, ideologias, de “novas categorias de percepção da realidade, capazes de tornar legítimos o discurso e a ação desses movimentos” (CRUZ, 2011, p. 65). Dessa forma, a afirmação de suas identidades, com seus saberes, práticas é também a luta por suas memórias, terceira categoria mobilizada com destaque em seu discurso ambiental.

Segundo o Mapeamiento Participativo Del Corregimiento El Valle, Bahá Solano, Chocó, Colombia, coordenado por Vladimir Arango (2011), a identidade se vai construindo no processo de transformar, apropriar e habitar o território, dessa forma, é uma prática que se armazena e conserva na memória. É na memória que se encontram os aprendizados, os conhecimentos e saberes necessários para que se possa recriar a cultura e a identidade e, assim, conservar, defender e manter o território coletivo para as futuras gerações (ARANGO, 2011). Daí a importância da *memória* também como categoria de luta. Ao evidenciarem suas memórias, colocam em xeque que a disputa territorial é também uma disputa da própria história. Ou seja, a própria memória é um campo em disputa e, dessa forma, se constitui como um instrumento de poder (KHOURY, 2004, p. 118).

Como Porto-Gonçalves (2006) nos remete, a história não tem um relógio único, devemos nos abrir às múltiplas temporalidades que conformam o território que as conformam. “Se o espaço é apropriado, marcado, grafado (geografado) no processo histórico tendo, assim, uma historicidade, esse fato nos impõe a necessidade de levar a sério essa geograficidade da história, inclusive, no campo das ideias, do conhecimento” (p.39). E é isso que esses sujeitos levantam. A partir de suas memórias, colocam outras racionalidades e relações para com a natureza e o Outro (a do pescador artesanal).

É na ênfase às suas memórias que defendem o seu direito de também dizerem, de também construir suas verdades, a partir de sua história, de sua temporalidade, de seus significados, de suas formas de grafar o mundo, de suas próprias marcas. Dessa maneira, buscam construir um conhecimento que também se constitui como memória (KHOURY, 2004, p.117), reconhecendo assim as tendências que subvertem a ordem (SARLO, 2005) A defesa de suas memórias também é verificada como uma estratégia de luta, como uma ferramenta de poder. Novamente, a ênfase é política. *A memória também é politizada.*

### Considerações finais

Compreende-se, assim, que a mobilização das categorias *território-identidade-memória*, com seus significados discutidos anteriormente, no discurso ambiental dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara é uma estratégia de R-Existência manifestada como releitura de movimentos mais gerais e das lutas travadas pelos indígenas e quilombolas, assim como de outros sujeitos subalternizados na América Latina, sendo a referência a esses sujeitos explícitas no discurso ambiental desse grupo. Dessa forma, apesar de não partirem de um *locus universal*, muito pelo contrário, de um *locus focado na diferença*, a luta desses sujeitos transcende a escala local.

O local e o geral/global aparecem integrados nas escalas de ação desses sujeitos (RUA, 2007a, p.177) em duplo sentido. Primeiro, a luta desses sujeitos é influenciada diretamente por outras lutas no contexto nacional e latino-americano. É compartilhada por outros grupos sociais, são lutas que possuem “origens” similares, quando não as mesmas, e que já são, inclusive, vitoriosas em outros locais. Por outro lado, os pescadores, principalmente a partir de 2012, também saem “gritando ao mundo sua história de luta”, na tentativa tanto de dar maior visibilidade ao próprio movimento, como de interferir nos próprios mecanismos globais.

Observa-se, assim, na luta dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara nesse contexto histórico-geográfico, todas as ecologias levantadas por Souza Santos (2007). A partir da mobilização das categorias de *território, identidade e memória* em seu discurso ambiental, eles reivindicam seus saberes, suas temporalidades, seu reconhecimento, suas produtividades, articulando diferentes escalas (“transescala”). O discurso ambiental desses sujeitos politiza, assim, a “questão ambiental”. Politizam a natureza e cultura. Ao abandonarem a concepção predominante que a vê de uma maneira puramente tecnicista, trazem as relações de poder que lhes são implícitas. Dessa forma, as categorias acionadas por esses sujeitos *território-identidade-memória* atuam não somente como ferramentas analíticas, mas principalmente como dispositivos ético-políticos de intervenção no mundo (CRUZ, 2011).

A luta desses sujeitos significa uma política do reconhecimento da diferença. Significa uma luta pela Baía de Guanabara e de seu projeto político para esse território. Significa a permanência e reprodução de seus saberes e práticas, os quais são responsáveis pela existência da vida da flora, da fauna, do homem, dos povos da Baía de Guanabara. São lutas legítimas e dignas, centradas não na dominação de outros povos e da natureza, mas na sua própria reprodução cultural e material. E pelo espírito de respeito às diferenças legítimas pode, ademais, “servir para questionar a legitimidade das próprias regras do jogo econômico e políticas da sociedade atual” (SOUZA, 2004, p. 390), além dos direitos epistêmicos e políticos de existência que lhes foram negados (MIGNOLO, 2006, p. 697).

## Referências

- ARANGO, V. **Mapeamento participativo del corregimiento El Valle, Bahía Solano, Chocó, Colombia.** Memórias y conocimientos tradicionales del territorio colectivo afrodescendiente de El Valle, Chocó, Colombia. Medellín/ Colombia, enero de 2011.
- BOATCÃ, M. A desigualdade social reconsiderada – identificando pontos cegos através de “olhares de baixo”. In: **Tabula Rasa.** Bogotá/ Colômbia, N. 11: 115-140, julho-diciembre, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n11/n11a07.pdf>
- CASANOVA, P. Interdisciplina e complexidade. In: **As novas ciências e as humanidades da academia à política.** São Paulo: Boitempo, 2006. p.11-64
- CRUZ, V. **Lutas Sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: UFF, 2011.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1971].
- FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3 ed, revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial.** São Paulo: CÍRCULO DO LIVRO S.A., 1978.
- HAESBAERT, R. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: Ângelo Serpa. (Org.). **Espaços Culturais:** vivências, imaginações e representações. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. , p. 393-419.

## A questão ambiental e os alinhamentos epistemológico-políticos

\_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. In: **GEOgraphia**. Ano IX, nº17. Niterói/RJ, UFF/EGG, 2007, p.19- 45. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais: Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de e HAESBAERT, Rogério (org). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.33-56.

KHOURY, Y. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2004, p. 116-138.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Marua Cecília França. 19. ed. Campinas/SP: Papirus, 1988.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires/ Argentina, setembro, 2005, p. 8-23. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4\\_Lander.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf)

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira: 2006

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: Boaventura de Souza Santos (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado- 2 edição-** São Paulo: Cortez, 2006.p.667-709.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, Tradução de Dora Rocha Flaksman. 1989, p. 3-15.

PORTO- GONÇALVES, C. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. In: **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis UFSC** vol.9 nº1 jan/jun Florianópolis, 2012, p.16-50. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>

\_\_\_\_\_. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **GEOgraphia**, Revista da Pós- Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano VIII – Nº 16, p.41-55, 2006. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521>

\_\_\_\_\_. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires/ Argentina, setembro, 2005, p. 3-5. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4\\_Lander.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf)

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social IN: **Journal of World-Systems Research**, vi, 2, summer/fall, 2000, 342-386 Disponível online: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ, J. Siete tesis sobre la descolonización de los derechos humanos em Karl Marx: un diagnóstico popular para evaluar la calidad de la democracia em América Latina. In: **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.11: 253-285, julio-diciembre 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39617332011>

ROUSSEAU, J. Discurso sobre as ciências e as artes. In: **Discurso sobre as ciências e as artes:** discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 11-64.

RUA, J. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (org.) **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades:** uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p.143-194.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun.2005- ). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . --ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARLO, B. Um olhar político. In: SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias:** intelectuais, artes e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 55-63.

SOUZA, M. **Mudar a Cidade:** Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Território do Outro, problemática do mesmo? O princípio da Autonomia e a superação da dicotomia Universalismo Ético versus Relativismo Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Religião, Identidade e Território.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p.145-176.

SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E Para Além de um e outro. In: **Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais,** Coimbra, 2004. URI: <http://hdl.handle.net/10316/43227>

WALSH, C. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. In: **Nómadas.** Universidade Central – Colômbia, N. 26: 102-113, abril, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241011.pdf>

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais:** um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-31.